



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 08/09/10

Elisabete
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Wilson

Brandão

para relatar.

Em 15/08/10

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



1

ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 46
PROCESSO AL - 1298/10
AUTOR: MARDEN MENEZES
RELATOR: WILSON BRANDÃO

I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição que **Destina percentual da arrecadação de multas de trânsito para a prevenção de acidentes e para o tratamento de dependentes químicos.**

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III e 75 da Constituição Estadual combinado com os arts. 96, inciso I, alínea “b” e 105 do Regimento Interno.

Não podemos deixar de elogiar a iniciativa do nobre parlamentar em busca meios para o tratamento de dependentes químicos em nosso Estado que hoje atinge grande número da população.

Porém, ao analisar o processo no aspecto constitucional e legal nos deparamos com os arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. (L. R. F.) em que Dispõe que a concessão ou ampliação de incentivo de natureza tributária deve estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva iniciar a vigência, bem como a criação ou expansão de ação governamental.

A Constituição Federal, recepcionada pela Constituição Estadual, é clara que matéria tributária, incube ao Poder Público, na forma da Lei, os direitos dos usuários (art. 175, II C.F).

A Constituição Estadual ainda dispõe que qualquer ou remissão que envolva matéria tributária, só poderá ser concedida através da Lei específica, bem como em seu art. 180, que o início de programas ou projetos devem ser incluídos na lei orçamentária anual e na Lei de Diretrizes Orçamentária, L.D.O.





ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

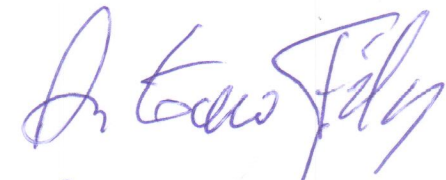


2

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Alicerçado nos motivos aqui relatados e por se tratar de motivo de grande interesse social, opinamos que a matéria tenha seu Curso Regimental como substitutivo em anexo o qual passa a fazer parte deste parecer e com a anuência do autor votos pela sua aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, 13 de dezembro de 2010.


Dep. **WILSON BRANDÃO**
Relator

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 14, 12, 10
Presidente da Comissão de Justiça

